

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo N.º 10.435-000.513/90-11

MAPS

Sessão de 08 de janeiro de 1992

ACORDÃO N.º 202-04.730

Recurso n.º 85.868

Recorrente CAFÉ SOBERANO LTDA.

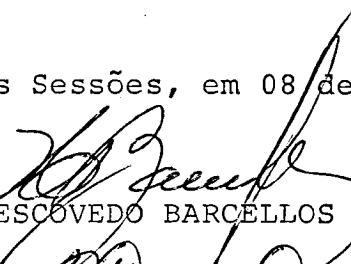
Recorrida DRF EM CARUARU - PE

PIS/FATURAMENTO - OMISSÃO DE RECEITAS - COMPRAS NÃO REGISTRADAS E SUBFATURAMENTO. Inicialmente estas ocorrências, é de se presumir a omissão de receitas sobre as quais incidiria a contribuição. Recurso negado.

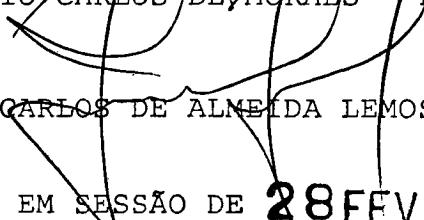
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CAFÉ SOBERANO LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro OSCAR LUIΣ DE MORAIS.

Sala das Sessões, em 08 de janeiro de 1992

  
HELVIO ESCÓVEDO BARCELLOS - PRESIDENTE

  
ANTONIO CARLOS DE MORAES - RELATOR

  
JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - PROCURADOR-REPRESENTANTE DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM SESSÃO DE 28 FEV 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, JOSÉ CABRAL GAROFANO, ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES, JEFRÉSON RIBEIRO SALAZAR e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



-02-

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo № 10.435-000.513/90-11

Recurso №: 85.868

Acordão №: 202-04.770

Recorrente: CAFÉ SOBERANO LTDA.

R E L A T Ó R I O

Este processo já esteve nesta Câmara em sessão de julgamento em 04/07/91, quando foi convertido em diligência para a juntada do acórdão do 1º CC relativo ao processo do IRPJ que lhe deu causa.

Volta agora o processo a esta Câmara com a juntada do Acórdão 106-3.733 da Sexta Câmara do 1º C.C.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Adelino Faria".

-segue-

Processo nº 10.435-000.513/90-11  
Acórdão nº 202-04.770

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO CARLOS DE MORAES

Como se verifica no relatório e voto do processo do IRPJ, que se presume melhor instruído do que este que se examina, tomado como paradigma vez que a questão versa sobre a mesma base fática, nenhum fato novo restou demonstrado que permitisse o acolhimento das razões declinadas pela Recorrente, negando-se, ali, provimento ao recurso voluntário.

Pelas mesmas razões, também neste processo, não há que se cogitar de reforma da decisão recorrida e, assim, voto no sentido de que seja negado provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 08 de janeiro de 1992



ANTONIO CARLOS DE MORAES